



INTERVENÇÃO

(Tópicos)

Manuel Carvalho da Silva
Secretário-Geral da CGTP-IN

Os trabalhadores portugueses estão de parabéns por esta grande mobilização.

O protesto e a luta social constituem, em democracia, factores indispensáveis para promover os legítimos direitos e interesses dos trabalhadores, corrigir políticas erradas, provocar mudanças e abrir novos caminhos para o progresso e o bem-estar dos portugueses.

Nós temos fortes razões para o protesto! E por muito que os governantes e os grandes patrões repitam que não adianta fazer protestos, todos sabemos que em última instância são as pessoas, com a sua acção, que determinam o caminho das sociedades.

Não nos acomodamos. Não nos submeteremos!

Os grandes **detentores do capital a nível nacional** continuam, a ter práticas que não servem o interesse nacional, secundarizando a sua responsabilidade na economia real e no sector produtivo que, entretanto, vão degradando em benefício de negócios de ocasião.

A especialidade dos empresários portugueses é cada vez mais a especulação financeira e a velha prática do saque ao Estado. Veja-se os truques de economia de casino em torno da **OPA sobre a PT**, em que alguns ganharão milhões sem com isso aumentarem um cêntimo ao valor acrescentado da Empresa.

E já se preparam para o assalto aos milhões do **IV Quadro Comunitário de Apoio**.

Entretanto o tecido produtivo, as **PME´s e Micro-Empresas** são marginalizados

O Governo, em vez de combater estas situações e procurar que o país se liberte dos espartilhos que elas provocam, com vista a promover o desenvolvimento e progresso social, **cede, submete-se, e, em muitos casos, comporta-se como equipa tecnocrática ao serviço do grande capital nacional e estrangeiro.**

Dois anos passados sobre o início da governação do PS/Sócrates, temos de dizer que:

- (i) **O essencial das propostas e promessas feitas aos portugueses não foi cumprido, ou fez-se o oposto do prometido;**
- (ii) **Os portugueses tiveram perda de salários reais, o custo de vida aumentou perigosamente para as camadas da população mais desprotegidas, os rendimentos das famílias degradam-se, enquanto aumentavam escandalosamente os lucros do capital, em particular, do financeiro e especulativo; Estamos com uma cada vez pior distribuição do Rendimento entre o trabalho e o capital;**

- (iii) Os portugueses têm **piores perspectivas** quanto à **segurança social**, à **saúde**, ao **ensino** em diversos níveis, e continuam, na sua maioria, arredados dum efectivo direito de **acesso à justiça**;
- (iv) A **matriz de desenvolvimento** assente em baixos salários, baixas qualificações, muita precariedade e a falta de rigor nos compromissos, continua a ser a proposta efectiva deste Governo para o nosso futuro.

AS POLÍTICAS SEGUIDAS NÃO SERVEM O PAÍS

A política económica seguida pelo Governo continua centrada na **obsessão do défice orçamental**, numa postura de obediência cega às directrizes do Pacto de Estabilidade e Crescimento, como instrumento estratégico para desenvolver **o ataque mais estruturado, registado depois do 25 de Abril, à estrutura e funções do Estado**, designadamente à sua dimensão e função social, ao estatuto público e aos direitos dos seus trabalhadores.

A **Administração Pública** está a ser transformada, em grande parte, em áreas de **negócios para alguns e de clientelas partidárias**.

Privatizam serviços públicos, desresponsabilizam o Estado das funções sociais a que está constitucionalmente obrigado, e avançam agora com uma perspectiva de afunilar as funções do Estado naquilo que o Governo designa por **“funções nucleares”**. A concretização deste objectivo, para além de perspectivas um Estado autoritário, significaria uma **subversão da arquitectura constitucional sobre o papel e funções do Estado** no plano político, económico, social e cultural.

SEGURANÇA SOCIAL

Foi introduzido, a partir de 2008, um factor de sustentabilidade, que no futuro, vai **reduzir de forma progressiva**, todas as pensões de velhice, com consequências mais gravosas para os trabalhadores mais novos.

Por outro lado, **não foram cumpridos os compromissos** do Acordo sobre Modernização da Segurança Social, nomeadamente, o relativo ao período de transição para o cálculo das pensões.

A **uniformização dos diversos regimes** (privados e públicos), ao ser feita com **nivelamento por baixo**, não só pôs em causa legítimas expectativas dos trabalhadores, como significou um inequívoco retrocesso social para muitos portugueses.

Entretanto a continuação de um fraco crescimento económico, a manutenção de baixos salários e a grande dimensão da economia clandestina, comprometem a **sustentabilidade da segurança social**.

SAÚDE

O Governo criou uma **taxa moderadora** nova para o internamento hospitalar.

Encerramento de **maternidades**

Promoveu uma pretensa reorganização dos **Centros de Saúde em Unidades de Saúde Familiar (USF)**. Mas já foram criadas várias USF no país, e os resultados são que quem tinha

médico manteve, quem não tinha continua sem ter, havendo até quem antes tinha médico e agora não tem.

As urgências dos Centros de Saúde e as consultas complementares estão a encerrar por todo o país, e os hospitais estão a ser entupidos, o que é contra tudo o que é racional. Os cuidados de saúde primários estão a viver um retrocesso, quando deveria ser ao contrário.

O **sector privado** está a alargar as suas unidades hospitalares, o que pressupõe mais contratualizações com o Estado para **alargar os seus chorudos negócios**. Por outro lado, estas e outras medidas estão a provocar “fuga” de **profissionais do SNS, principalmente médicos**.

Os portugueses estão a gastar cada vez mais dinheiro com a sua saúde; o SNS está a ser esvaziado; o sector privado a aumentar os seus lucros.

ENSINO

As Medidas avançadas são contraditórias. E de efeitos duvidosos!
Qual o efeito de tudo o que tem sido feito sobre o combate ao insucesso e abandono escolares?

Não há **nenhum plano estratégico de combate ao analfabetismo**, num país com 900.000 analfabetos.

A proposta de alargar a **educação pré-escolar entre os 3 e os 5 anos**, não está a ser cumprida.

No que se refere ao processo de **encerramento das escolas do 1º ciclo**, em muitos casos foram encerradas de forma cega, o que põe em **causa a coesão social e territorial**.

Relativamente **ao Ensino superior**, constata-se a total passividade do Ministro que, entretanto, aceitou cortes orçamentais. A situação do Ensino Superior mostra as **famílias a pagarem mais e por outro lado professores no desemprego e sem subsídio**.

OS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – APRESENTADOS COMO BODE EXPIATÓRIO DAS ESFARRAPADAS JUSTIFICAÇÕES QUE IMPORTAM ESTAS POLÍTICAS – TÊM FORTÍSSIMAS RAZÕES PARA PROTESTAR

O Governo desenvolveu contra eles um ataque generalizado que provocou:

- (i) redução continuada do **poder de compra**;
- (ii) **congelamento**, pelo segundo ano consecutivo, das **progressões e dos abonos**;
- (iii) aprovação da **lei da mobilidade** que põe em causa o direito constitucional à segurança no emprego;
- (iv) **alteração do Estatuto da Aposentação** que aumenta a idade de reforma em 5 anos e o tempo de serviço em 4 anos;
- (v) **alteração dos vínculos, carreiras e remunerações**, visando a generalização do contrato **individual de trabalho**;
- (vi) degradação das condições de reforma
- (vii) aumento da precarização de emprego

Não é por aqui que se conseguirá uma melhor Administração Pública!

ENTRETANTO OBSERVEMOS O QUE SE PASSA COM O EMPREGO E O DESEMPREGO

Onde está o cumprimento das promessas de criação de emprego e de melhor qualidade do emprego?

A Manipulação dos números: Ocupações que não são emprego. Milhares que não estão inscritos.

O impacto da **EMIGRAÇÃO** é **uma almofada para o desemprego**. Se assim não fosse estaríamos com um gravíssimo **problema social**.

Cada desempregado é uma pessoa. Há famílias por detrás de cada mulher ou homem desempregados

A Qualificação dos portugueses – é indispensável! Mas não haverá solução sem alteração do **MODELO DE DESENVOLVIMENTO**. Por outro lado, a precariedade é inimiga da qualificação e como se sabe ela tem aumentado.

O **Acordo em discussão sobre a Formação Profissional** tem que responder a estes problemas, à efectivação do direito à formação nos locais de trabalho.

Não haja dúvidas! Não há combate eficaz ao desemprego, nem criação de postos de trabalho sem crescimento económico, ou seja não havendo mudança de políticas, o que o Governo afirma sobre o emprego não passa de promessas.

ENTRETANTO, ESTÁ AÍ UMA NOVA OFENSIVA CONTRA A ESTABILIDADE NO EMPREGO E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES = SOB O SLOGAN DA FLEXISEGURANÇA.

Trata-se de uma ofensiva visando somente **aprofundar a flexibilidade do trabalho com sacrifício dos trabalhadores e a desregulação do mercado de trabalho.**

Há forte **pressão de carácter neoliberal por parte da União Europeia** na abordagem do tema, isso aumentará as tendências do Governo português para soluções negativas para os trabalhadores, não apenas no debate já agendado sobre a flexissegurança que vai conduzir no âmbito da **presidência portuguesa da União Europeia**, mas também naquilo que daí decorrerá para a **revisão do Código**.

O tema é de **grande sensibilidade para os trabalhadores** e portanto, potenciadora quer de debate nos locais de trabalho, quer na forte mobilização de massas. Precisamos de uma linha de argumentação forte, que desmonte **a fraude do conceito**.

A resposta dos trabalhadores terá que ser centrada no combate à **Precariedade**; à proibição do **Despedimento Sem Justa Causa**; à defesa do **Princípio do Tratamento mais Favorável**; na efectividade da **Contratação Colectiva** (privado e público); na salvaguarda dos **Direitos Sindicais** e defesa do direito **“Participação”** dos trabalhadores em vários campos.

Vimos hoje aqui dizer também que **não abdicamos dos direitos do trabalho e não abdicamos da contratação colectiva.**

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

A acção determinada dos trabalhadores e dos seus sindicatos permitiu manter em vigor o essencial das convenções colectivas, o conjunto de direitos nelas contidos e a actualização salarial. Mas há mais de **1 milhão que estão sem contratos colectivos**.

Conseguiu-se, por via do **aumento do salário mínimo** nacional de 4,42% para 2007, do compromisso de 450 euros em 2009 e de 500 euros em 1 de Janeiro de 2011, dar um **signal** de valorização dos salários dos portugueses para o futuro e responder, embora de forma insuficiente, à situação de fragilização de rendimentos de todos os que auferem apenas o salário mínimo.

Os salários têm que subir. Dos 20% dos portugueses que vivem abaixo do limiar da **pobreza**, 14% são trabalhadores, o que significa que temos salários muito baixos

- **O patronato não pode confirmar o boicote à Contratação Colectiva. Há que respeitar as leis.**
- **O Governo tem de efectivar o direito de negociação na Administração Pública.**
- **O Governo tem de promover a Contratação Colectiva.**

VAMOS PROSEGUIR A LUTA

A acção desenvolvida pelos trabalhadores tem sido determinante para impedir imensos despedimentos e a conseqüente destruição de postos de trabalho, para alcançar aumentos salariais com recuperação do poder de compra, para se consagrar um aumento percentual significativo do salário mínimo e fixar a sua evolução futura, para defender direitos contratuais e fazer respeitar condições de trabalho que o patronato procura eliminar, demonstrado assim que vale a pena lutar.

Há, portanto, **razões fortes para continuar a lutar.**

Com unidade na acção. Partindo da intervenção em cada empresa, sector ou região, há que convergir.

1. **8 de Março – Dia Internacional da Mulher. Pela Igualdade e pelos Direitos**
2. **28 de Março – Dia Nacional de Luta dos Jovens Trabalhadores. Pela estabilidade do emprego, contra a precariedade**
3. **1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador**

E ASSUMIMOS JÁ UM OUTRO GRANDE COMPROMISSO

No quadro da presidência portuguesa da União Europeia, vamos realizar uma expressiva acção sindical a coincidir com a reunião do Conselho de Ministros dos Assuntos Sociais em 5 e 6 de Julho em Guimarães e uma grande manifestação num dos dias da Cimeira Europeia que se realiza, em Lisboa, a 18 e 19 de Outubro.

VIVAM OS TRABALHADORES PORTUGUESES.